

O Legado de D. João II

Francisco Maciel Silveira

1. Breve biografia

Gostaria de apresentar-lhes um dos dramaturgos contemporâneos portugueses que vem sendo estudado no *Projeto Autor por Autor: a Literatura e História portuguesas à luz do teatro*, projeto desenvolvido por mim e pela Profa. Dra. Flavia Corradin no Programa de Pós Graduação em Literatura Portuguesa da Universidade de São Paulo.

Trata-se de Manuel Córrego (pseudônimo de Manuel Pereira da Costa)¹, cujo engajamento no referido *Projeto* tem propiciado um constante diálogo em torno de sua obra. Em sua obra ficcional e dramática despontam, principalmente, duas vertentes cujas fontes de inspiração se acham na História e na Literatura.

Na vertente de inspiração literária percebe-se o gosto do autor pelo século XIX. Sua admiração pela figura e obra de Eça de Queiroz fica patente na *Trilogia Queirosiana* (1999), formada pelas peças *Genoveva*, *À distância de um lenço* e *O palheiro de José Estevão*, além do romance *Cem anos sem uma valsa*. Camilo Castelo Branco também recebeu a atenção de Córrego na excelente peça *Tinteiro de Ferro*, vinda a lume em 1990 sob seu verdadeiro nome (Manuel Pereira da Costa) e agraciada com Menção Honrosa ao Prêmio Nacional de Teatro.

Na vertente histórica destaca-se a trilogia composta por *O Testamento do Rei D. João Segundo*, *O Casamento de D. Manuel Primeiro* e *A Rainha e o Cardeal*, todas distinguidas pelo Grande Prêmio de Teatro Inatel, respectivamente, em 1998, 2004 e 2006.

Percebe-se, já nos títulos, que o percurso do sonho imperial de D. João II, no século XV, à catástrofe sebastianista de fins do século XVI é tema da reflexão histórica de Manuel Córrego. Nela o dramaturgo procura entender as forças históricas que levaram as proas e quilhas de um Portugal legitimamente renascentista ao naufrágio nas areias de Alcácer-Quibir. Córrego acaba traçando o périplo de uma dinastia que, nascida

¹ Nascido em Couto de Cucujães, reside atualmente em São João da Madeira, onde exerce a advocacia e dirige o semanário “O Regional”. Ligado ao teatro e à música desde a juventude, foi integrante do TEUC (Teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra), fundador do TEM (Teatro Experimental de Malange) e do NAT (Núcleo Amador de Teatro), de que ainda faz parte.

com D. João I, o da Boa Memória, há de finar-se na triste lembrança de um D. Sebastião.²

Para não fugir aos limites temáticos desse Encontro, gostaria de convidá-los para que me acompanhem na leitura de *O Testamento do Rei D. João II*.

2. Leitura de *O Testamento do Rei D. João II*

No âmbito histórico, além de sua confessa admiração pelo Príncipe Perfeito, é natural que Manuel Córrego fincasse o padrão inicial da trilogia no reinado de D. João II. Afinal, num lapso de tempo relativamente curto, de agosto de 1481 (aclamação de D. João II como rei) a agosto de 1578 (batalha de Alcácer-Quibir), em menos de um século (97 anos para sermos precisos) Portugal expande seus estreitos limites de território política e economicamente feudal para atingir a dimensão imperial de uma nação à proa do Renascimento e da Idade Moderna.

Quais as razões ou causas de tão rápidos apogeu e declínio? Esta é a pergunta inscrita na trilogia histórica de Manuel Córrego e cuja resposta começa a ser buscada nos pouco mais de catorze anos do reinado de D. João II (31/8/1481 a 25/10/1495).

2.1 As engrenagens da peça

O testamento do Rei D. João II traz o subtítulo explicativo *Evocação em dois Actos*, dando já uma pista quanto à sua estrutura e elaboração temporal. Os dois atos que lhe servem de arcabouço, trazem cada um dez cenas. A peça abre em meados de outubro de 1495, mês e ano da morte de D. João II, que seguira, esperançoso, em busca de tratamento e cura nas águas termais de Monchique (Algarve):

Na tenda real, embrulhado em mantos e peliças, o monarca está imerso em recordações. A recordação acende-se no Paço de Setúbal onde o Duque de Viseu, com vestes espampanantes e disfarçando a ansiedade, espera o monarca.

A cena inicial (CÓRREGO, 1998, p. 5) já denuncia os dois planos espaço-temporais em que se montará a trama. O plano do presente da ação, ancorado em meados de outubro de 1495, e o plano das recordações de D. João II.

² “Num lapso de tempo relativamente curto, Portugal passou de um território feudal a um país da idade moderna, tornando a coroa portuguesa uma das ricas e poderosas da Europa. Depois, num passo rápido e alucinado, deitou tudo a perder e lançou-se numa decadência de que ainda não recuperou inteiramente. A ideia é meditar nisso, através de uma tetralogia que se inicia em Aljubarrota, fixa-se no rei João e no seu génio político, D. Manuel e a ventura do apogeu, Dona Catarina de Áustria e a luta para evitar o desastre de Alcácer-Quibir, e (para superar o pessimismo) vai até à Restauração.” (Entrevista concedida por Manuel Córrego ao *Projeto Autor por Autor: a Literatura e a História portuguesas à luz do teatro*.)

O plano presente da ação situa-se principalmente a caminho de e em Monchique: no primeiro ato, cenas 1, 3, 5, 6, 8, 9 e 10; no segundo ato, cenas 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20. Ainda nesse plano presente da ação registram-se, no Alcacer, as cenas 7 do primeiro ato e as cenas 12 e 19, no segundo ato.

O plano dos *flash-backs*, atinente às recordações de D. João II, traz ao presente momentos traumáticos e decisivos na vida do monarca. Já na primeira cena do primeiro ato, ilumina-se o espaço da evocação nos Paços de Setúbal (agosto de 1484), onde D. João II assassina a punhaladas D. Diogo, Duque de Viseu e nada menos que seu cunhado, suspeito de tramar contra a vida do monarca.

Ainda no primeiro ato teremos:

cena 2, velório de D. Diogo, em que se percebe ser D. Leonor, a esposa de D. João II, a cabecilha da oposição dos nobres contra o marido;

cena 4, (julho 1491, Santarém), queda do cavalo e morte do filho único de João II e Leonor, o Infante Afonso que, recém casado com a filha primogênita dos reis católicos Fernando e Isabel, levará ao túmulo o sonho nutrido por D. João II de unificar os reinos ibéricos sob a coroa portuguesa;

cena 10 (tempo posterior ao tratado de Tordesilhas, assinado em 7/6/1494): nos aposentos reais, presenciamos o ódio, ciúme e rancor de Leonor contra o marido, acusando D. João II de apunhalar o irmão, traí-la com Ana de Mendonça e querer legitimar o bastardo Jorge para guindá-lo ao trono, em detrimento de D. Manuel, irmão da rainha.

Registre-se que o segundo ato não trará nenhuma evocação e que Manuel Córrego não data, seja nas rubricas seja nos diálogos, as recordações de D. João II contidas no primeiro ato. Embora tal ausência de precisão cronológica deixe o dramaturgo dependente da memória ou conhecimento histórico do leitor ou espectador, justificam-se ambos os procedimentos.

O segundo ato caminha inexoravelmente para a morte de João II, cuja causa (envenenamento) reside no conflito desencadeado no primeiro ato pelas ações pregressas do rei. Ademais, é verossímil borrar-se a memória do rei, considerando que o monarca, moribundo, não teria condições de datar precisamente os acontecimentos que desencadearam a fúria humana e divina. Ali estão suas recordações vivas e presentes como metafórico veneno não só a matá-lo lentamente, como a matar todos os sonhos, evocados e resumidos em seu diálogo com Antão de Faria, no segundo ato, cena 13: a

fundação da utopia de um Império em que o Sol nunca se põe; o sonho da unificação ibérica sob a coroa portuguesa; o sonho das Índias e do descobrimento do Brasil.

2.2. As fontes históricas

Natural que uma peça ou romance às voltas com a História procure apoio ou moldura para seu enquadramento ficcional em bases fornecidas por uma bibliografia historiográfica. Córrego confessa que seu apoio foi Seomara da Veiga Ferreira – *Crônica Esquecida D’El Rei D. João II*, cuja primeira edição data de 1995.³ Outra fonte (tácita, talvez via Seomara) presente na peça é *Narcóticos*, de Camilo Castelo Branco.

Em 1882, Camilo exumou a tese do envenenamento sofrido por D. João II, preocupado em comprovar que milagre nenhum justificava o cadáver que se descobriu quase incorrupto do monarca. O novelista correu atrás de depoimentos médicos que explicassem cientificamente o “milagre”. O uso longo e sistemático de arsênico contribuiria para a resistência à putrefação de um cadáver. Camilo suspeita que o responsável pelo envenenamento de D. João II teria sido o cristão-novo João da Paz, médico de confiança da sogra, Beatriz, e do cunhado D. Manuel, então Duque de Viseu.

Com certeza Seomara⁴ conhece o texto de Camilo. Tanto que nele se inspira para tornar João da Paz mentor intelectual do longo e homeopático envenenamento a serviço de Leonor e Beatriz, esposa e sogra irmanadas na defesa e indicação do irmão e filho Manuel para suceder (o tirano, criminoso e adúltero) João II.

Na novela histórica de Seomara, a resistência de João II precisa de um golpe de misericórdia, de uma dose que seja a última e lhe apresse a morte. O executor da dose única e última será Ambrósio, o narrador da novela, médico assistente de João da Paz. Para não levantar suspeita contra João da Paz, Ambrósio acompanhará o rei às termas de Monchique com a incumbência de espioná-lo e apressar-lhe a longa agonia da enfermidade: caridade que visava a impedir que o testamento legando o trono a D. Manuel viesse caducar com a cura e sobrevivência de João II, dando-lhe sobrevida para

³ “Só me lembro de ter colocado tantas marcas num livro quando andei à procura do Rei João e descobri Seomara da Veiga Ferreira, que só faltou pegar-me na mão para que eu escrevesse a primeira peça da trilogia dos descobrimentos.” (Depoimento ao *Projeto Autor por Autor: a Literatura e a História portuguesas à luz do teatro.*)

⁴ Seomara da Veiga Ferreira, nascida em Lisboa (1942), formou-se em Ciências Históricas. É autora também de *Inês de Castro – A estalagem dos Horrores*, *António Vieira – O Fogo e a Rosa*, *Leonor Teles ou O Canto da Salamandra*.

continuar sua luta pela legitimação do bastardo Jorge. (Ver I, 9, CÓRREGO, 1998, pp. 56-57)

O débito da peça de Córrego à novela de Seomara está patente na figura nomeada *O Personagem*, pessoa de confiança de João da Paz (tido na peça como *médico do rei*) e incumbido de espionar a intenção testamentária do rei e matá-lo.

Pequena diferença haverá no motivo que conduz o assistente de João da Paz a cometer o crime. Em Seomara, Ambrósio concorda em administrar a última e fatal dose de veneno em D. João II, movido por um obscuro desejo de vingar o suicídio cometido por sua esposa Ruth. Suicídio cuja responsabilidade ele atribui à perseguição que D. João II movera aos judeus, expulsando os que se recusaram ao batismo e mais tarde procurando cristianizar as crianças com menos de 14 anos, retirando-os dos pais e enviando-os para colonizar a Ilha de São Tomé. Não obstante médico-assistente, Ambrósio não tinha condições então de perceber que o suicídio da esposa, fora resultado de sua natureza maníaco-depressiva. Num breve mas avassalador espaço de tempo, Ruth viu-se forçada ao batismo, presenciou a morte do filho (acidentalmente envenenado), testemunhou, transida, as cenas de expulsão dos judeus, (Ver SEOMARA, 2002, pp. 264-270) .

Em Manuel Córrego, Ambrósio de Somara aparece sob a misteriosa figura de *O Personagem*, que vai assumir a missão do golpe de misericórdia em D. João II também por vingança, jurada no leito de morte da esposa (Ver CÓRREGO, 1998, pp. 99 e 84):

(...) Mas eu jurei no teu leito de morte, quando te deceparam os braços para te arrancarem a criança que defendias com o teu corpo. (II, 15, p. 99)

(...) Basta-me a visão de teu leito de morte para agir. Como são medonhos os abismos da alma humana! Deram-te o pior castigo que há na terra, só porque tu foste fiel ao teu Deus, à tua religião. Hoje o nosso filho teria a idade do filho dele. Mas não. Meteram as crianças nos porões das caravelas para povoar as ilhas de cabo Verde. Largados como coelhos nas matas infestadas. Todos dizimados, em cada cem só um ou dois sobreviveram. (Ver II, 13, p. 84)

Como se lê, no diálogo intertextual com a matriz inspiradora (a novela histórica de Seomara), Córrego serve-se da *contaminatio*, numa acumulação dramática de motivos que, então dispersos no modelo, concorrem para justificar a vingança de *O Personagem*. Para adensar a dramaticidade da vingança, Córrego promove ligeiras alterações no modelo: sem nome (insinuação de um batismo renegado?), a mãe é assassinada, braços decepados em defesa de um filho que seria levado para as Ilhas de Cabo Verde (e não São Tomé, como em Seomara).

O débito de Córrego aos informes colhidos na novela histórica de Seomara é notável ainda no modo como são vistos D. Manuel e Garcia de Resende.

D. Manuel, ao longo da novela histórica de Seomara, é diagnosticado pelo narrador Ambrósio (lembre-se que médico-assistente de João da Paz e que está a escrevê-la como testemunha coetânea do reinado do Venturoso) como linfático, esfíngico, hipócrita (SEOMARA, 2002, p. 235). A figura física e moral de D. Manuel, traçada por Ambrósio

(Ele é cobarde, medíocre, ingrato, tremendamente ingrato, vingativo e medroso. Vive da lisonja, da sorte com que destino, injustamente, o bafejou e todo o universo se resume à sua vaidade, ao seu egoísmo quase pueril, ao diâmetro do seu umbigo. [...] Em D. Manuel, se conseguirmos ultrapassar a simiesca postura de seu avolumado corpo, dos seus braços roliços e compridos até quase aos artelhos, das suas enormes pernas de joelhos grossos, ossudos, disformes, a luz baça dos seus olhos brancos, esverdeados, sobrepujados por aquela testa enorme, que os cabelos, que, com o tempo escureceram, cobrem, nada mais podemos concluir ou sentir que perpassa através dos poros da sua carne. Apenas uma nuvem invisível de egoísmo, vaidade, fatuidade e muitos desagradados e receios reprimidos. Este é o Rei que sucedeu ao HOMEM. (SEOMARA, 2002, p. 194).

reproduz-se aos olhos da peça (I, 8, CÓRREGO, 1998, pp. 47-56), como “lento”, “pachorrento”, “hesitante”, “azêmola cheia de moscas”, “fraco”, “um mãos suadas”, “canhestro”, “desengonçado”. Em suma, um fraco que, acuado e cheio de medo no regaço da mãe Beatriz, só chegou ao trono graças à máscula determinação da irmã, *dramatis personae* muito bem delineada ao longo da peça e cuja máxima expressão se acha na cena dez, a fechar o primeiro ato (Ver I, 10, CÓRREGO, 1998, pp. 57-68).

Quanto à figura de Garcia de Resende, pintada pelo narrador de Seomara,

Natural de Évora não conseguiu nunca deixar de ter aquele ar de bobo gordo, pleno de enxúndias que mexem e remexem quando se move, mas brincalhão, sempre alegre e pronto para as letras, para tanger o alaúde e cantar e cantar. Foi moço de escrivania do Rei até à morte deste e, ao contrário de Antão de Faria que desapareceu como o fumo no ar, após a subida ao trono do senhor duque de Beja, o bom do Garcia não abandonou o barco. Há pessoas assim que passam de um senhor para outro, com a mesma sinceridade, sem escrúpulos de consciência, mas são também necessários porque conferem aos que os rodeiam paz de espírito porque geralmente não são defensores da memória --- isto é, a sua memória é feita de bocados, de zonas estanques, não confunde ninguém, não acusa ninguém, não aborrece ninguém, para o bem de todos e o silêncio dos mortos. (SEOMARA, 2002, p. 221)

compare-se com a que salta desse diálogo entre Antão de Faria e D. João II, na cena 8 do ato I (CÓRREGO, 1998, p. 56):

D. João: O Resende? Não acredito. Não posso crer que também esse tenha abandonado o barco.

Antão de Faria: Não, não. Não é isso. O senhor Garcia de Resende não é desses. Ficaré até ao fim, sem dúvida nenhuma. Depois com a maior naturalidade, todo sorridente e com as bochechas radiosas, irá beijar a mão ao novo rei e prestar-lhe os mesmos louvores que prestou ao vosso pai e vos prestou a vós. Possui a qualidade rara de estar de bem com todos sem molestar ninguém.

fica patente que o Garcia de Resende traçado por Manuel Córrego inspira-se na visão oferecida pelo narrador de Seomara.

2.3. A título de legados

Visto o legado histórico recebido pela peça, passemos a outros testamentos mais significativos.

Já no título da peça (*O Testamento do Rei D. João Segundo*) ressoa um duplo sentido que tem a ver com a dimensão histórica e sua transcendência na partida jogada por D. João II com seus coetâneos e com Deus.

O primeiro sentido, no nível da intriga que vamos acompanhando no tempo presente da leitura, remete ao conflito nodal da peça: a luta que D. João II travou, após a morte do filho Afonso, procurando legitimar o bastardo Jorge. (Ver ato I, cena 9, CÓRREGO, 1998, pp. 56-57.) O monarca objetivava fazê-lo sucessor do trono, em detrimento e prejuízo do cunhado D. Manuel, candidato querido da esposa (a rainha Leonor), da sogra Beatriz e grande parte da nobreza que fora abatida em sua prosápia e poder pelo rei, ao mandar executar D. Fernando, terceiro Duque de Bragança (20/6/1483), e com as próprias mãos matar o Duque de Viseu, seu cunhado, ambos punidos por crime de lesa-majestade.

O segundo sentido contido no título remete à transcendência temporal dos atos de D. João II, considerado por Córrego como “o maior político da história de Portugal”. Não obstante punido ao não ver concretizarem-se todos os seus sonhos, a exorbitância da *hybris* do monarca, acabou por legar a Portugal o arcabouço de um Estado moderno, cuja centralização monárquica buscou dilatar as fronteiras de um reino minúsculo, procurando dar-lhe dimensões imperiais ao longo do Atlântico e do Índico.

D. João II morreu sem ter visto realizar-se a consagração de seu sonho imperial.

E, auto de exame cadavérico, morreu em consequência do lento e longo envenenamento de que foi vítima. (Aventa a História que os sintomas datam de 1484, logo após ter apunhalado o cunhado, D. Diogo, Duque de Viseu.)

D. Manuel, também irmão de D. Leonor, acabou escolhido a contragosto pelo próprio D. João II para sucedê-lo. O Venturoso cunhado virá a colher os frutos do que *O Príncipe (Quase) Perfeito* laboriosa e inteligentemente plantou. Herdeiro do testamento e legado de D. João II, o reinado de D. Manuel há de coroar-se com a glória de ter desbravado o caminho marítimo para as Índias, de ter descoberto o Brasil, além de, imperialmente, tornar Portugal o empório do Renascimento.

3. Réquiem

Na óptica de Manuel Córrego nossos atos individuais implicam responsabilidade social e fazem a história. Nossa existência avulta responsável por nossa essência. D. João II foi vítima de seus sonhos, crente de que os meios justificavam os fins. Curiosamente esse ser ancorado no fluir existencialista da História acaba por ganhar uma dimensão trágica.

A exorbitância de sua *hybris* (ser o fator da História, escrevendo-a à margem dos desígnios divinos, mudando-lhe o rumo e expandindo-lhe os horizontes desconhecidos), além de não caber na pequenez e imperfeição humanas, haveria de suscitar a ira de Deus.

D. João II (lembra Manuel Córrego, no ato II, cena 17, pp. 103-110) foi enxadrista. Só que não percebeu que, no tabuleiro do mundo, estava a jogar contra Deus. Ironia trágica do Destino, esse Rei, às mãos dos lances divinos, não passava de reles peão. Afinal, sua *hybris* consistiu em desafiar a vontade de Deus.

A cena final da peça, com a voz do monarca (“As naus! As naus! Quando partem as naus?”) sobrepondo-se à tempestade que, ao cabo de suas tormentas, desaba furiosa sobre o esquife transportado por fiéis serviçais, lembra-me Miguel Torga, cujos versos dedicados a D. João II em *Poemas Ibéricos* bem que se aplicam à tragicidade da personagem criada por Manuel Córrego:

Pensei, lutei, matei --- fiz quanto pude,

Mas em vão.

A quem Deus não ajude,

Tudo são Índias da desilusão.” (TORGA, 1965, p. 42)

Ironia trágica final: em 25 de outubro de 1495, com quarenta anos de idade, morreu, ao pôr do sol, em Alvor (notem lá mais essa ironia: morrer no *alvor*), o monarca que sonhou um Império em que o Sol nunca se pusesse. (Cf. ato II, cenas 13 e 18, CÓRREGO, 1998, pp. 78-79, 111-112).

Era o ocaso de um Rei-Sol. *Avant la lettre*.⁵

Bibliografia:

CÓRREGO, Manuel – *O Testamento do Rei D. João Segundo*. INATEL, 1998.

FEREIRA, Seomara da Veiga – *Crônica Esquecida D’El Rei D. João II*, 4 ed.,
Lisboa, Editorial Presença, out/2002 (1 ed. 1995)

TORGA, Miguel - *Poemas Ibéricos*, Coimbra, 1965

⁵ Rodapé impertinente: Na peça de Córrego ouvir-se-ia, persistente, a *mensagem* de que, perdido o rumo das naus do Império, falta, Senhor, cumprir-se Portugal?